

Análise do Serviço de Guarda-Vidas nas Praias de Santa Catarina

Ramon de Toledo Nóbrega¹

Resumo

Com a evolução da economia do país, o número de banhistas e turistas nas praias brasileiras tem aumentado significativamente nos últimos anos. As atividades de lazer comumente realizadas trazem consigo um risco nem sempre percebido pelos seus frequentadores. As ocorrências de afogamento tendem a aumentar e os serviços de guarda-vidas, como responsabilidade dos Corpos de Bombeiro Militar, devem promover e manter um banco de dados continuamente renovado referente a todas estas atividades, de forma a ser possível a correta identificação, a partir da análise de seus dados, de quais focos adotados no serviço estão tendo eficácia quanto aos resultados, quais as ocorrências indesejáveis estão acontecendo em números acima do que seria adequado, e quais as atitudes que se poderiam tomar para mudá-las. Este estudo faz um levantamento bibliográfico do histórico e características das ações e aprimoramentos dos guarda-vidas no estado de Santa Catarina e um levantamento dos dados disponíveis para indicar possíveis ações futuras.

Palavras-chave: Guarda-vidas. Praias, Afogamento.

1 INTRODUÇÃO

As belezas do litoral brasileiro escondem em suas praias um perigo iminente em suas ondas e correntezas, tornando a orla marítima brasileira um local com um grande potencial para afogamentos. Esse perigo aumenta ainda mais quando o público que frequenta as praias são turistas, pois tratam-se de pessoas que em geral não conhecem bem a praia onde se encontram, nem seus principais perigos, além de muitas vezes não terem familiariedade com o mar.

Atualmente a economia do Brasil vem crescendo e o turismo vem crescendo junto. Como os principais locais de destino do turismo são as cidades litorâneas, aliado ao crescimento demográfico, estas cidades vêm tendo um aumento do público que frequenta a orla brasileira. Com isso o número de ocorrências com vítimas por afogamento vem

¹*Al. Sd. BM RAMON de Toledo Nóbrega do CEBM. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Graduado em Educação Física. E-mail: ramon052@gmail.com

aumentando em todo o país (SZPILMAN, 2007).

Logo, como o número de pessoas que frequentam as praias brasileiras tende a continuar aumentando, é importante que as corporações de Bombeiro Militar mantenham uma boa base de dados e o seu estudo permanente, e compreendam a evolução do serviço de guarda-vidas nas orlas brasileiras através do estudo histórico. Analisando-se as tendências estatísticas do serviço e seus diversos aspectos, pode-se depreender como é possível adotar novas orientações ao serviço de guarda-vidas, visando diminuir a quantidade de vítimas de afogamento e proporcionar praias mais seguras para a população brasileira.

Portanto, este projeto tem como propósito analisar a atividade de guarda-vidas nas praias, tendo em vista que são muitos os casos de vítimas por afogamento e que em muitas dessas ocorrências a vítima chega a falecer. Consequentemente é importante que os responsáveis pela segurança nas praias saibam como realizar um bom serviço, sabendo detectar vítimas em potencial e agir preventivamente para evitar as ocorrências.

Para tanto, a orientação para que ocorra uma constante melhoria do serviço por parte dos guarda-vidas é fundamental. Sendo assim, com base no estudo dos manuais dos cursos de formação de guarda-vidas, de literatura específica da área, do levantamento de dados referente às ocorrências nas praias, uma análise criteriosa e reflexão sobre este material pode contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do serviço. Portanto a pesquisa e análise com base científica sobre o serviço de guarda-vidas é uma forma de evoluir o conhecimento na área, aumentar a segurança nas praias brasileiras.

Ao analisar o comportamento estatístico dos números que são compilados e divulgados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), referentes ao atendimento institucional realizado pelos guarda-vidas nas praias de Santa Catarina, é possível compreender como está sendo realizado este serviço. Através de uma interpretação cuidadosa destes números, poderão surgir novas diretrizes a serem adotadas futuramente para que cada vez mais a quantidade de conhecimento nesta área possa aumentar.

A partir deste estudo, será possível direcionar quais medidas preventivas são adotadas atualmente, qual atividades técnicas são realizada, de modo geral, como devera ser efetuado o trabalho para que haja uma redução do numero de ocorrências nas praias mesmo com seu uso aumentado por nossa população.

Portanto, é de suma importância enfatizar o que vem dando certo e identificar as possíveis falhas que contribuem para uma maior incidência de mortes por afogamento,

bem como compreender o que está sendo realizado no serviço atualmente, a fim de que se possam tomar as medidas necessárias para prevenir futuras mortes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos histórico do salvamento aquático

2.1.1 O salvamento aquático no mundo

A história do salvamento aquático no mundo, foi iniciada pelos chineses em 1708, que estabeleceu a Associação de Salvamento Aquático Chinking responsável por desenvolver torres de salvamento. Posteriormente, em Amsterdã, nasceu em 1767 a Sociedade para Salvar as Pessoas que se Afogam, sociedade esta que ainda existe. Em 1774 foi a vez da Inglaterra criar uma organização que se tornou pioneira no resgate com barcos iniciado em 1824. Nos Estados Unidos, no ano de 1787 surge a Sociedade Humanitária de Massachusetts que cria os fundamentos do que viria a se tornar um movimento de salvamento aquático e depois o USLSS “United State Life-Saving Service” que era formado por uma rede nacional de torres de salvamento espalhadas pelo litoral, provida de guarda-vidas humanos financiados pelo governo federal (SANKS; COLS apud CIPRIANO, 2007).

Em 1878, foi realizado o primeiro congresso mundial, hospedado em Marselha, uma cidade no sul da França. Surgiu então, a necessidade de troca de ideias e conhecimento, e a carência de um fórum internacional foi logo reconhecida. Isto levou primeiramente ao estabelecimento da Federation Internationale Sauvetage Aquatique (FIS) e a criação da World Life Saving (WLS). Ambas as organizações cresceram, aumentando o número de adeptos, vindo a promover, de forma progressiva, os objetivos do salvamento aquático em todo o mundo (CBMSC, 2010).

No ano de 1910 foi fundada a Federation Internationale Sauvetage Aquatique (FIS) em Saint-Ouen, uma cidade pequena perto de Paris, na França. Entre os países fundadores estavam: Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Suíça e Tunísia. Em meados da década de 90, a FIS compunha mais de 30 organizações nacionais de salvamento em todo mundo. A World Life Saving (WLS) fundada em 24 de março de 1971 em Cronulla, Novo Gales do Sul, na Austrália teve sua constituição apenas validada em 14 junho de 1977 com acordo formal entre os países fundadores: Austrália, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, África do Sul e os Estados Unidos. Em 1994, a

WLS contava com cerca de 20 países membros em todo o mundo (CBMSC).

Em 24 de fevereiro de 1993, a FIS e a WLS uniram-se em uma única organização: A Federation International Life Saving (ILS), mas a ILS foi constituída oficialmente em Cardiff, Wales, Reino Unido, em setembro de 1994. Desde então, a ILS formou a maior entidade mundial pertinente ao salvamento aquático em todo o mundo contando com mais de 67 países filiados (DE SOUZA apud CBMSC, 2010).

2.1.2 O salvamento aquático no Brasil

No Brasil, as primeiras atividades de salvamento aquático que temos registro, teve início no Rio de Janeiro em 1914, quando o Comodoro Wilbert E. Longfellow fundou na então capital da República, o serviço de salvamento da Cruz Vermelha Americana, com o intuito de organizar e treinar guarda-vidas voluntários, que atuariam em postos de salvamento por todo Brasil. Com o fracasso de tal estratégia, uma campanha de âmbito nacional foi criada, cujo slogan foi “ Toda pessoa deve saber nadar e todo nadador deve saber salvar vidas”, no intuito de conscientizar a população para o problema da segurança nas praias brasileiras (CBMSC, 2010).

Devido ao aumento do número de banhistas, a Prefeitura do Distrito Federal criou através do Decreto nº 1.143, de 1º de março de 1917, o Corpo Auxiliar de Salvamento que de forma improvisada, aproveitou alguns pescadores com suas canoas e botes para atuarem ainda que de maneira empírica, na prevenção e salvamento de banhistas imprudentes e desta maneira, o Brasil deu os primeiros passos no caminho do controle do afogamento (GUAIANO, 2005)

Na década de cinquenta, a cidade do Rio de Janeiro sofreu um crescimento demográfico explosivo o que fez com que o numero de banhistas nas praias cariocas continuasse aumentando, alertando as autoridades da época para a necessidade da criação de um serviço de salvamento e resgate especializado em acidentes aquáticos. Criou-se, então, o Corpo Marítimo de Salvamento – Salvamar, em 1963, subordinado à Secretaria de Segurança Pública (CBMSC, 2010).

No ano de 1967, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) aprovou a criação do Centro de Instrução de Salvamento e Formação de Guarda-Vidas e no ano de 1975 por determinação da SSP o Corpo Marítimo de Salvamento ficou vinculado ao Departamento Geral de Defesa Civil, cujo diretor seria automaticamente o Comandante do Corpo de Bombeiros (CBMSC, 2010). Responsabilidade esta que a Constituição Federal (1988), atribui aos Corpos de Bombeiros Militares nos dias atuais, através de seu artigo 144.

2.1.3 O salvamento aquático em Santa Catarina

No Estado de Santa Catarina, na década de cinquenta, a imprensa começava a clamar por um serviço de salvamento aquático. Conforme reportagem do Jornal O Estado de 23/04/59 do jornalista A. Jota da Silva:

Há anos, sugerimos a criação de um serviço de salvamento na Polícia Militar de Santa Catarina (...). Entretanto, Santa Catarina, com suas magníficas praias tão freqüentadas nos períodos de verão, não conta, ainda, com um serviço de salvamento.

Todos os anos, vidas preciosas são abocanhadas pelo mar, sem que sejam tomadas providências pelos Poderes Públicos.

Não temos, em nenhuma praia do Estado, um posto de socorro, de proteção ou de orientação aos banhistas. Não se encontra nada para prestar os primeiros socorros nas praias catarinenses.(...)

Melhor seria resolver o problema definitivamente. Traçar planos, fazer orçamentos e conseguir as necessárias verbas. Organizar logo uma equipe de monitores, os quais, após treinamento, estariam capacitados para a formação do soldado homem-rã.

Duas funções caberiam a eles: Uma guarda-vidas, para atendimento nas praias de banho, usando equipamento simples; outra de recuperação e busca, com equipamentos (...).

Estão em jogo vidas humanas. O problema é antigo. Sua solução não é difícil. Aguardamos. (SILVA apud OLIVEIRA, 2001, p. 15).

Mas somente em 1962, o Corpo de Bombeiro Militar de SC teve sua primeira turma de guarda-vidas formada por instrutores do Corpo de Bombeiro de SP. No final daquele ano a turma deu início às atividades, na praia de Balneário Camboriú, com a denominação de Serviço de Salvamento Marítimo, permanecendo com esse nome até o ano de 1971 (CBMSC, 2010).

No dia 22 de Dezembro de 1971, através da Lei nº 4.679, Art. 1º, cria no Corpo de Bombeiros a CBS (Companhia de Busca e Salvamento), que no mesmo ano foi formada para atuar somente em Balneário de Camboriú, com o efetivo de 45 Bombeiro Militares (BM) nessa atividade. Nos anos subseqüente a área de atuação da Companhia de Busca e Salvamento foi expandida a outros Balneários do litoral Catarinense (CBMSC, 2010).

A lei nº 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, elevou a Companhia de Busca e Salvamento à categoria de Sub-Grupamento de Busca e Salvamento, por necessidade de aumentar o efetivo, cujo número de homens já passava de 150 (CBMSC, 2010).

Em 1983, foi criada a Lei nº 6.216, formando assim o Grupamento de Busca e Salvamento (GBS). No ano de 1995, o GBS passa a ser o 3º Batalhão de Bombeiro Militar (3º BBM). E no ano de 1997, a cidade de Blumenau passa a ser o 3º BBM, logo o GBS passou a ser a 2ª Companhia de Bombeiros Militar do 1º Batalhão de Bombeiro Militar – GBS (CBMSC, 2010).

Estas mudanças foram desencadeadas pela necessidade de reestruturação do quadro de efetivos. O GBS perdendo a classe de Batalhão para Companhia reduziu a sua área e seu efetivo, que no momento contava com aproximadamente 300 homens (CBMSC, 2010).

Conseqüentemente a atividade de salvamento aquático passou a ser responsabilidade das Companhias de Bombeiros situadas ao longo do litoral. Atualmente os Batalhões de Criciúma, Florianópolis, Balneário Camboriú e Itajaí, são as principais articuladoras do serviço durante a temporada de verão em todo o litoral catarinense.

Kugik (1997, p.9-10) diz em sua monografia.

Nossa capacidade de crescimento está esgotada (...) A deficiência de recursos humanos torna a escala de serviço bastante sobrecarregada e desumana, contrariando todos os preceitos técnicos para a prestação de um bom serviço de salva-vidas.

Segundo o Ten. Cel. Mocellin, no ano de 1998 o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina foi pioneiro em formar a primeira turma de guarda-vidas civis para atuarem na orla catarinense de forma voluntária, sob supervisão dos guarda-vidas militares do Corpo de Bombeiros. “O trabalho em conjunto do guarda-vidas militar com o profissional civil criará um ótimo ambiente bastante aberto para inovações, convênios com entidades públicas e até mesmo particulares” (KUGIK, 1997, p.02).

Mas somente no ano de 2002, foi criada a Lei nº 12.470, que autorizava o executivo estadual a contratar guarda-vidas civis, proporcionando uma ajuda de custo aos guarda-vidas civis, fato este que proporcionou um aumento no número de efetivos nas guarnições dos posto de guarda-vidas, gerando aos banhistas maior segurança e contribuiu com a redução dos índices de afogamento ao final de cada temporada (ZEFERINO apud CIPRIANO, 2007).

2.2 Considerações técnicas do afogamento

2.2.1 Afogamento

O afogamento é um grande paradoxo para a vida humana, pois além do homem depender da água para viver, nossos primeiros nove meses de vida acontece dentro do meio líquido.

“Afogamento (Drowning): Aspiração de Líquido Não Corporal por Submersão ou Imersão” (SZPILMAN, 2000, p.06). Neste caso, “o termo aspiração refere-se à entrada de líquido nas vias aéreas (traquéia, brônquios e pulmões), sendo considerada uma condição anormal”, (SZPILMAN apud MOCELLIN, 2009, p.19).

Na Medicina o termo afogamento é um tipo de asfixia mecânica, produzido pela penetração de um meio líquido ou semilíquido nas vias respiratórias, impossibilitando a passagem de ar até os pulmões (FRANÇA apud MOCELLIN, 2009).

MOCELLIN (2009, p.19), também aborda um ponto de vista voltado para o salvamento aquático quando escreve que:

[...]de acordo com o Manual do Aluno, do Serviço Preventivo e Socorro Aquático da Cruz Vermelha Espanhola (2005), o afogamento pode ser definido como uma situação crítica que põe em grave perigo a vida de uma pessoa, achando-se esta na água, que lhe ocasionaria a morte em poucos minutos, se não receber assistência imediata e eficaz.

2.2.2 Causas do afogamento

As causas do afogamento podem ser divididas em primária e secundária. O afogamento primário ocorre sem associação de fatores incidentes ou patológicos que possam ter desencadeado o afogamento, sendo as limitações pessoais o fator responsável pela situação. Já o tipo secundário ocorre em virtude de algum incidente ou patologia que tenha contribuído para o seu acontecimento (WILSON, 2009). O tipo secundário ocorre em 13% dos casos de afogamento (SZPILMAN, 2000).

2.2.3 Fases do afogamento

O processo do afogamento envolve três fases distintas (OLIVEIRA, 2001), divididas em:

- Angústia
- Pânico
- Submersão

Normalmente este processo é progressivo, mas nem sempre. Dependendo da situação, uma das duas fases iniciais pode ser suprimida completamente.

Na fase da angústia existe um período crescente de sofrimento antes do início real de uma emergência, normalmente as pessoas pedem ajuda nessa hora, mas muitos homens deixam o orgulho falar mais alto.

Caso o socorro seja rápido nesta situação, pode-se assegurar que a vítima não sofrerá lesão e continuará seu lazer o restante do dia. “Estima-se que pelo menos 80% de salvamentos em praias de arrebentação ocorrem junto às correntes de retorno e são nesses locais que tipicamente ocorre a fase de angústia” (OLIVEIRA, 2001, p.27).

A fase do pânico no processo do afogamento normalmente desenvolve-se após a

fase de angústia, quando a vítima cansa, ou pode começar imediatamente com a imersão da vítima na água. Nesta fase, a vítima passa a ficar incapaz de manter-se flutuando, devido ao cansaço, não saber nadar ou algum problema físico. Como a vítima prioriza captar o ar da superfície, ela não consegue pedir ajuda.

Características da fase do pânico são nado de um cachorro ou como se estivesse subindo numa escada na vertical. Normalmente a fase do pânico dura pouco tempo, pois o nado passa a ter uma flutuação ineficaz, advindo o afogamento.

Estudos indicam que esta fase dura entre 10 a 60 segundos, porém, esta fase pode progredir quase imediatamente para submersão, a menos que o salvamento seja realizado, por isso a importância do salva-vidas agir rapidamente (OLIVEIRA, 2001, p.27).

A fase da submersão não é fatal à vítima caso seja recuperada a tempo, porém essa é uma tarefa muito difícil. A baixa visibilidade, a ação das correntes de retorno e das ondas pode remover a vítima à pontos distantes do local da imersão inicial. Quando a submersão acontece, a chance de um salvamento bem sucedido são reduzidos drasticamente. Por isso a importância do guarda-vidas manter o foco da visão nas pessoa que estão no mar.

2.2.4 Graus do Afogamento

A Classificação de afogamento foi baseada em estudo de casos de afogamento no Centro de Recuperação de Afogados (CRA) de Copacabana e seu acompanhamento no Hospital Municipal Miguel Couto durante 20 anos, com um total de 2.304 casos estudados. Deste total, 1.831 casos continham os dados preenchidos corretamente para entrarem na avaliação final (SZPILMAN apud MOCELLIN, 2009, p.25).

Primariamente é importante diferenciar se a ocorrência foi um resgate ou afogamento. Caso seja constatado que trata-se de um afogamento, a classificação do grau de afogamento deve ser feita no momento do acidente, para diagnosticar a real gravidade e indicar o procedimento correto a ser feito. Sendo a hospitalização indicada em todos os graus de 2 a 6 (SZPILMAN, 2000).

O resgate é a ocorrência no qual a pessoa teve que ser retirada da água pelo guarda-vida, mas não tem sinais de aspiração líquida (CBMSC, 2010).

O afogamento, como já foi citado anteriormente, é aspiração de líquido não corporal por submersão ou imersão. As pessoas resgatadas da água que apresentarem sinais de tosse, ou espuma na boca ou nariz devem ser caracterizadas como vítimas de afogamento (MOCELLIN, 2009).

a) Grau 1

Caracterizado por tosse sem espuma na boca ou nariz. O procedimento a ser tomado deve ser repousar, aquecer e tranquilizar a vítima. Normalmente não há necessidade de oxigênio ou de conduzi-la ao hospital (CBMSC, 2010).

b) Grau 2

É diagnosticado por pouca espuma na boca ou nariz. O tratamento a ser realizado em sequencia é: oxigênio terapia com 5 litros por minuto via máscara facial; repouso, aquecimento e tranquilização; observação hospitalar por 6 a 48 horas.

c) Grau 3

Neste grau, a vítima apresenta grande quantidade de espuma na boca ou nariz e pulso radial palpável. O procedimento padrão será realizado em quatro etapas: oxigênio terapia com 15 litros por minuto via máscara facial; posicionar a vítima lateralizada sob o lado direito com a cabeça elevada acima do tronco; repouso, aquecimento e tranquilização; acionar a ambulância para hospitalização no centro de tratamento intensivo (CBMSC, 2010).

d) Grau 4

O quadro clínico deste grau é grande quantidade de espuma na boca ou nariz sem pulso radial palpável. O protocolo a ser seguido é: oxigênio terapia com 15 litros por minuto via máscara facial; observar a respiração com atenção, pois pode ocorrer parada respiratória ou cárdio-respiratória; posicionar a vítima lateralizada sob o lado direito com a cabeça elevada acima do tronco; repouso, aquecimento e tranquilização; acionar a ambulância de preferencia com suporte avançado a vida para hospitalização no centro de tratamento intensivo (CBMSC, 2010).

e) Grau 5

São as vítimas com parada respiratória isolada. O procedimento nesse caso é: iniciar imediatamente a ventilação artificial através da “ventilação boca-a-boca, com 16 a 20 repetições por minuto, não devendo ser realizada compressão cardíaca” (MOCELLIN,

2009). Caso a vítima volte, a recomendação do CBMSC (2010) é tratar como grau quatro.

f) Grau 6

É o ultimo grau, neste grau a vítima encontra-se em parada cárdio-respiratória. O tratamento apropriado nesta circunstancia é: iniciar imediatamente a Reanimação Cárdio-Pulmonar (RCP) seguindo o protocolo de RCP da Associação Americana do Coração; utilizar o desfibrilador automático se houver; caso o RCP seja realizado com sucesso, a vítima deve ser monitorada atentamente, pois pode haver outra parada nos 30 minutos subsequentes; tratar como grau quatro.

2.3 Considerações técnicas do salvamento aquático

Para um guarda-vidas realizar um salvamento, evidentemente que nadar bem é essencial mas não suficiente, sendo necessário que ele domine o procedimento requerido por certas situações no meio liquido e, para tanto, que esteja preparado psicologicamente, fisicamente e tecnicamente.

O salvamento pode ser dividido em sete fases:

- aviso ou observação
- entrada no mar
- aproximação
- abordagem
- resgate
- transporte
- Análise da vítima

A fase do aviso ou observação consiste em reconhecer a solicitação por parte da vítima, ou quando o guarda-vidas observa que a vítima se encontra em necessidade de ajuda, e analisar rapidamente a melhor forma de efetivar o resgate (CIPRIANO, 2007).

Ao entrar no mar a nadadeira deve ser material obrigatório. O guarda-vidas nunca deve perder o contato visual com a vítima e analisar a forma mais rápida de chegar ao local onde ela se encontra. Normalmente, a corrente de retorno mais próxima da vitima é o meio mais rápido (CBMSC, 2010).

A aproximação deve ser realizada com o nado de “aproximação” uma variante do nado “crawl” que possibilita manter a visualização da vítima (CBMSC, 2010).

A abordagem difere entre vítimas inconscientes e vítimas conscientes: no primeiro caso a abordagem deve ser direta, no segundo o socorrista deve mergulhar por baixo dela para que a abordagem seja pelas costas da vítima, o que evitará que ela afunde o guarda-vidas. Existem também algumas técnicas de desvencilhamento da vítima, sobre as quais o guarda-vidas deve estar familiarizado (CBMSC, 2010).

O resgate é o deslocamento da vítima no meio líquido para um local seguro. O meio mais eficiente para tal, sem o uso das nadadeiras, é através do nado reboque, que consiste em um nado lateralizado com pernada estilo “tesoura” no qual mantém as vias aéreas fora da água. Sem o uso desta técnica em situações sem equipamento, torna-se praticamente impossível a retirada da vítima do meio líquido (CBMSC, 2010).

O transporte é a retirada da vítima do meio líquido para um local seguro monitorando as vias aéreas (CBMSC, 2010).

A análise do estado da vítima é basicamente avaliar o grau de afogamento e tomar as medidas cabíveis de primeiros socorros.

No entanto, existem equipamentos que facilitam o socorrista a realizar um salvamento aquático com mais eficiência como os “life-belts”, pranchões e embarcações (CBMSC, 2010).

2.4 Ações preventivas de salvamento aquático

2.4.1 Prevenção

Recentemente, a mentalidade do trabalho do guarda-vidas vem se modificando, a idéia de que o guarda-vidas era somente salva-vidas faz parte do passado. Atualmente um bom guarda-vidas é aquele que não precisaria entrar no mar para salvar uma vida. Através de ações preventivas o guarda-vida evita que o perigo possa ameaçar um ser humano.

“A prevenção é considerada como a mais poderosa intervenção terapêutica e pode ser efetiva em mais de 85% dos casos de afogamento” (BIERENS, ORLOWSKI E SZPILMAN aud CBMSC, 2010, p.12).

Szpilman (2011, p.03) em seu trabalho “Emergências Aquáticas” fundamenta sua concepção de prevenção de afogados esquematizando um “triângulo equilátero, onde cada face representará o elemento a ser trabalhado e sua respectiva ferramenta de mudança, que poderá ser utilizada pelo administrador de segurança”. Os lados do triângulo são apresentados a seguir.

a) Serviço de Salvamento X Prevenção

Em seu serviço o guarda-vidas orienta os banhistas coibindo atitudes que coloca em risco a integridade física. Neste tipo de serviço os resultados são imediatos, obtidos a curto prazo. Logo quanto maior for o grau de prevenção menor a quantidade de salvamentos realizados em uma determinada região.

b) Riscos na Orla Marítima X Sinalização

Com a sinalização da praia, o banhista fica familiarizado com os locais de riscos, aumentando assim a segurança no uso das praias, neste caso os resultados tendem a efetivar-se em médio prazo.

Mas atualmente, a sinalização realizada nas praias ainda é deficitária, falta uma forma globalizada de sinalização que os turistas possam compreender perfeitamente e rapidamente a mensagem ali exposta, e que então resulte em prevenção efetiva.

c) Usuário X Educação

Ao intensificar a educação os resultados são almeçados à longo prazo. Através de campanha educativa pode-se proporcionar mudanças de mentalidade e de atitude de uma população usuária das praias. “Dentre os vários fatores de risco, observamos que quanto menor o grau de educação maior o risco de afogamento” (SZPILMAN, 2011, p.04).

De modo geral, ao atuar simultaneamente nas três ferramentas efetiva-se um serviço a curto, médio e a longo prazo, no qual interfere positivamente na diminuição dos índices de morte bem como na diminuição da quantidade de salvamentos de afogados.

As formas atuais de prevenções realizadas nos serviços de guarda-vidas são: avaliação das condições do mar, patrulha ou ronda, observação, orientação aos banhistas e sinalização (CBMSC, 2010).

2.4.2 Avaliação das condições do mar

O guarda-vida começa o dia avaliando as condições do mar para banho e identifica as condições do mar com a bandeira específica no posto. Na sequencia o trabalho deverá identificar e sinalizar na praia os locais perigosos através de bandeiras fixadas em frente a

estes locais (CBMSC, 2010).

2.4.3 Patrulhamento ou Ronda

É a ação preventiva realizada a pé, com viaturas, com embarcações ou aeronaves (CBMSC, 2010).

5.4.4 Observação

O guarda-vidas tem o dever de manter a atenção concentrada, durante todo o seu turno, a fim de identificar e prever situações emergenciais (CBMSC, 2010).

2.4.4 Orientação aos banhistas

Entre as várias funções dos guarda-vidas uma das que mais surte efeito é a prestação de informações aos banhistas sobre segurança, contribuindo com a diminuição da exposição a riscos dos banhistas (CBMSC, 2010).

2.4.5 Sinalização

No intuito de orientar ao banhista o reconhecimento das condições de banho, das correntes de retorno e dos locais perigosos ao longo da extensão da praia, o serviço de guarda-vidas trabalha com o conjunto de sinais visuais e sonoros como forma de prevenção. As sinalizações visuais normalmente são feitas através de placas e bandeiras. E as sinalizações sonoras é feita através do apito para orientar os banhistas a saírem da buracos, correntes de retorno ou repuxos. (CBMSC, 2010).

3 METODOLOGIA

Toda produção do conhecimento científico precisa ser obrigatoriamente regulamentada, ou seja, a pesquisa só terá consistência se for fundamentada em um processo de competência técnica.

Este artigo pode ser classificado como uma pesquisa acadêmica de revisão bibliográfica de caráter exploratória, ou seja, é fundamentada principalmente no estudo da literatura específica ao tema e na análise de informações recuperadas de um banco de

dados institucional. Mais precisamente, os dados foram obtidos da base de dados do CBMSC referentes ao relatório da Operação Veraneio.

O período de coleta de dados referentes à Operação Veraneio vai de 1 de outubro a 30 de abril do ano seguinte, referindo-se principalmente ao serviço nas praias do Estado de Santa Catarina, mas também inclui os dados relativos aos afogamentos em rios do estado. No entanto, apenas os dados que se referem aos afogamentos marítimos foram utilizados no presente trabalho.

Os dados do CBMSC são compilados a partir do preenchimento das fichas de ocorrências pelos membros do corpo de guarda-vidas, correspondendo assim aos fatos reais. Cada item da base refere-se a um tipo de ocorrência, sendo o item “subtotal de ocorrências” a soma de todos esses itens, com exceção do item “prevenção a afogamento”. Desse modo, o total de ocorrências é a soma do subtotal de ocorrências com a prevenção a afogamentos.

Cabe ressaltar que os dados obtidos na temporada 2010/2011 não estão ainda fechados, portanto, o dados desta temporada é referente ao período de 1 de outubro de 2010 a 16 de março de 2011.

4 RESULTADOS

A tabela abaixo foi gerada a partir da análise dos dados retirados da Operação Veraneio. Os resultados que podem ser extraídos a partir da tabela são discutidos na próxima seção.

Tabela – Operação Veraneio

	2008/2009	2009/2010	2010/2011
AFOGAMENTO COM RECUPERAÇÃO EM ÁGUA SALGADA	39	138	106
AFOGAMENTO SEGUIDO DE MORTE EM ÁGUA SALGADA	3	29	16
ARRASTAMENTO	1871	4860	4711
CRIANÇA PERDIDA	23	115	1403
EMBARCAÇÃO A DERIVA	33	37	48
LESÕES/CORTES POR MATERIAIS PERFURO CORTANTES	2	199	294
LESÃO CAUSADA POR ÁGUA VIVA	212	1121	26594
QUEIMADURA PROVOCADA POR RAIOS DE SOL	30	18	27
VÍTIMA DE INSOLAÇÃO	22	44	50
SUBTOTAL DE OCORRÊNCIAS	2235	6561	33249
PREVENÇÃO A AFOGAMENTO	65269	619134	1012436
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	67504	625695	1045685

Fonte: adaptado CBMSC,2011.

5 DISCUSSÃO

Ao analisar os aspectos históricos do serviço de guarda-vidas nota-se que as torres

ou embarcações ainda são utilizadas pelos guarda-vidas, características do serviço remanescentes dos chineses de 1708 e dos ingleses de 1824 respectivamente. Mas também houve evolução, o improviso e o empirismo com pescadores deixou de existir dando lugar a uma atividade técnica com pessoas treinadas para tal atividade.

O treinamento atual tem, como focos principais, a compreensão do que é afogamento e dos graus de afogamento para o devido procedimento, as atividades técnicas para a melhora na eficiência e a importância da prevenção para diminuição de casos de afogamento. O objetivo básico a ser atingido por todas as medidas em questão é a diminuição do número de mortes nas praias.

Desde 1878 são realizados congressos sobre salvamento aquático, mostrando a importância de existir uma produção de conhecimento que venha suprir essa necessidade de aprimoramento. Logo, as bibliografias e as bases de dados são fontes de informação cujas análises alimentam esta demanda.

Com base nos dados obtidos da Operação Veraneio nas últimas três temporadas podemos analisar que existe um aumento no número de ocorrência ano após ano, que principalmente as lesões provocadas por água vivas e crianças perdidas são as que mais aumentaram. Também é importante salientar que há um aumento no número de prevenções. Mas o fator mais relevante desses dados é a diferença de valores da temporada 2008/2009 em relação as temporadas 2009/2010 e 2010/2011.

Nota-se ainda que, mesmo o afogamento com recuperação em águas salgadas e o afogamento seguido de morte em águas salgadas tendo aumentado significativamente nas temporadas 2009/2010 e 2010/2011 em relação à temporada 2008/2009, o número subtotal de ocorrências também aumentou consideravelmente, multiplicando por um fator 14,87 na última em relação à primeira temporada, o que demonstra o aumento do serviço no litoral catarinense. Isto deve estar relacionado com o aumento do público nas praias brasileiras, conforme citado na introdução deste trabalho.

Cipriano (2007), relata na conclusão de seu Trabalho de Conclusão de Curso:

[...]a falha no banco de dados atual do CBMSC, pois a região Centro-Sul sozinha, de acordo com os dados, respondia sempre pelo menos por metade dos óbitos registrados pelo CBMSC, o que confirma que o banco de dados atual é falho, não retrata a realidade pois não contabiliza as pessoas que vieram a falecer em decorrência do afogamento, mais tarde, em hospital de referência.

Mocellin (2006), também relata em sua monografia de dissertação de mestrado que algumas das dificuldades encontradas foram:

Preenchimento das fichas de acidentes. Muitas ocorrências foram atendidas sem o devido preenchimento das fichas, por falta do material, pela urgência em atender outras ocorrências logo em seguida ou por esquecimento dos salva-vidas. A solução é acompanhar os salva-vidas durante a temporada para orientação sobre a importância do correto preenchimento e recuperação das fichas que foram preenchidas para inserção no banco de dados.

Anotação do número de prevenções – Um número expressivo de prevenções não foi registrado, principalmente no momento em que o salva-vidas permanecia numa corrente de retorno por longo período, solicitando que as pessoas se afastassem do local – nestas situações, o salva-vidas não soube precisar quantas prevenções realizou. A solução é também o acompanhamento do serviço dos salva-vidas, alertando-os sobre a importância da contagem correta das prevenções (p.107).

Compreende-se, com isto, que ainda é preciso evoluir na elaboração de uma base de dados mais confiável, que os cursos de guarda-vidas devem orientar os seus alunos com maior ênfase sobre a importância do preenchimento correto das fichas de ocorrências. Como também, o correto manuseio e averiguação sobre a situação das pessoas encaminhadas aos hospitais.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar o estudo concretizado foi possível identificar que o serviço de guarda-vidas vem evoluindo ao longo dos anos, que atualmente pode ser considerada uma área de atuação técnica do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, existindo um conhecimento sobre a assunto, com conceitos técnicos de afogamento e seus graus de gravidade, com protocolos preestabelecido.

Também é importante frisar a alteração de foco do serviço de salvamento para monitoramento com a adoção de uma postura mais preventiva através sinalizações na praia e outras. Sendo a inclusão do guarda-vidas civil um dos fatores determinantes para efetivação dessa mudança de foco, aumentando consideravelmente a quantidade de efetivo na praia e colaborando com a melhora na eficiência do serviço.

Em relação ao levantamento de dados a pesquisa ficou um pouco limitada por não ter acesso a toda base de dado do CBMSC, deixando a busca limitada a poucas variáveis, e a apenas três anos, dificultando assim a caracterização de um desvio padrão, além de posteriormente averiguar que esses dados não são tão confiáveis.

Mas, foi possível constatar que o público na praia realmente vem aumentando através dos indicativos de aumento no número de ocorrências. Também foi possível averiguar que a política de realizar prevenções vem dando certo, pois se aumenta o publico na praia a tendência normal, sem a interferência do guarda-vidas, seria de aumentar o número de arrastamentos, afogamentos e afogamentos seguido de morte, mas as incidências destes itens em relação às duas últimas temporadas analisadas se mantiveram estáveis, inclusive com uma ligeira queda.

Concluo este trabalho frisando a importância para as corporações de Bombeiro Militar em manter uma boa base de dados e os seus estudos permanentes, pois analisar

as tendências estatísticas dos serviços e seus diversos aspectos, é a forma de usar o conhecimento para aprimorar o serviço de guarda-vidas. E para que esta base de dados seja segura e confiável é preciso que haja responsabilidade na aquisição e manuseio dos dados.

Referências

- CBMSC. **Relatório do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina: Operação Veraneio.** Disponível em <http://www.cbm.sc.gov.br/rel_praias/index.php> acessado no dia 16 mar. 2011.
- CBMSC. **Manual do Participante: Curso de Formação de Guardas-vidas Militares.** 2010.
- CIPRIANO JÚNIOR, Zevir A. **Perfil do Afogado na Região Centro-Sul do Estado de Santa Catarina.** Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Gestão de Emergências) – Centro Tecnológico da Terra e do Mar, Universidade do vale de Itajaí, São José, 2007.
- GUAIANO, Osni P. **ELEMENTOS HISTÓRICOS DA PREVENÇÃO DO AFOGAMENTO NO BRASIL.** 2005. Disponível em <<http://www.sobrasa.org/biblioteca/temas/GUAIANO%20O%20P%20ElementosHistoricosDaPrevencaoDoAfogamentoNoBrasil.pdf>> acessado em 13 mar. 2011.
- KUGIK, Inácio T. **A Prestação dos Serviços de Salvamento Aquático no Litoral Catarinense.** Monografia para a obtenção do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Florianópolis, 1997.
- MARZAROTTO, Mauro A. **Melhoria da Sinalização das Praias de Santa Catarina.** Monografia para a obtenção do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Florianópolis, 1998.
- MOCELLIN, Onir. **Determinação do Nível de Risco Público ao Banho de Mar das Praias Arenosas do Litoral Centro Norte de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Univali, 2006.
- MOCELLIN, Onir. **Afogamento no Estado de Santa Catarina: Diagnóstico das Mortes Ocorridas Entre os Anos de 1998 e 2008.** Monografia de Pós-graduação em Segurança Pública, Unisul, Florianópolis, 2009.
- OLIVEIRA, Ángel M. M. **Padronização do Serviço de Salvamento Aquático no CBPMSC.** Monografia para a obtenção do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Florianópolis, 2001.
- SZPILMAN, David. **Afogamento.** Revista Brasileira de Medicina Esportiva. Rio de Janeiro, v.6, n.4, p. 131-134, jul./ago. 2000.
- SZPILMAN, David. **Avaliação de Mortalidade no Brasil: Epidemiologia em Afogamento – ano 2007.** Disponível em <http://www.szpilman.com/biblioteca/afogamento/Estatistica_afoga_2007.pdf> acessado em 13 mar. 2011.
- SZPILMAN, David. **Manual de Emergências Aquáticas: Seção III,** Editora Revinter, disponível em <<http://www.sargentofigueiredo.com.br/site/salvamento/data/Salvamento%20em%20Praias.pdf>> acessa em 13 mar. 2011.